

Diagnóstico socioeconômico do Cariri Ocidental paraibano: avanços sociais e desigualdade interna

JOSÉ MARIA PEREIRA DA NÓBREGA JÚNIOR*

Resumo: A pobreza e a desigualdade social sempre estiveram presentes na realidade nordestina. Contudo, nas últimas duas décadas e meia tanto uma como a outra apresentaram redução constante, sobretudo como reflexo das políticas sociais desenvolvidas pelos governos. O objetivo deste artigo foi trazer algumas informações pontuais a respeito da desigualdade e da pobreza – medidas com dados socioeconômicos clássicos –, numa microrregião da Paraíba conhecida por carências sociais, econômicas, culturais e políticas – o Cariri Ocidental paraibano (semiárido), tendo as cidades de Sumé e Monteiro como *proxy* para a região –, avaliando se houve evolução em seus aspectos socioeconômicos e qual o nível de desigualdade ainda existente em relação ao país e ao Estado da Paraíba. Os resultados alcançados nos mostram que, apesar da redução da pobreza e da desigualdade, na microrregião do Cariri Ocidental paraibano ainda persiste alto nível de desigualdade e de pobreza em relação ao país como um todo e, mais ainda, ao nível interno do Estado, onde a região metropolitana – aqui representada por João Pessoa –, apresenta grande distância social e econômica em relação as cidades do Cariri Ocidental paraibano, demonstrando grande desigualdade interna mais que externa.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos; pobreza; desigualdade social; Cariri Ocidental, Semiárido.

Socioeconomic diagnosis of West Cariri of Paraíba : social progress and internal inequality

Abstract: Poverty and social inequality have always been present in the northeastern reality. However, in the last two and a half decades both have constant reduction, mainly as a result of governmental social policies. The purpose of this article is ~~was~~ to bring some specific information about inequality and poverty – measures with classic socioeconomic data - in a micro-region of Paraíba known for social, economic, cultural and political needs – Western Cariri of Paraíba (semiarid region) and the cities of Sumé and Monteiro as a *proxy* for the region. My intention is to assess whether there was progress in their socioeconomic aspects and what level of inequality still exists for the country and the state of Paraíba. The results achieved show us that, despite the reduction of poverty and inequality, in the micro Western Cariri of Paraíba there is still a high level of inequality and poverty in comparison to ~~for~~ the country as a whole and even more so in the state itself, where the metropolitan area (here represented by João Pessoa) presents great social and economic distance from the cities of West Cariri of Paraíba, thus showing internal inequality is greater than the inequality compared to other áreas of the country.

Key words: Socioeconomic indicators; poverty, social inequality; Western Cariri; Semi-Arid.



* **JOSÉ MARIA PEREIRA DA NÓBREGA JÚNIOR** é Professor Adjunto II da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



Sumé (PB)

Introdução

Nos últimos vinte anos a pobreza e a desigualdade foram fortemente combatidas pelos governos brasileiros. Independentemente das divergências ideológico-partidárias, os governos foram eficientes em reduzir o grande gargalo social e econômico que grassava a sociedade brasileira, principalmente depois de uma década inteira praticamente perdida, a década de oitenta. Os relatórios dos diversos órgãos – de governo e da sociedade civil organizada –, a exemplo do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), trabalho organizado pelo PNUD-Brasil, IPEA e FJP¹, demonstraram o impacto socioeconômico da melhoria dos indicadores de pobreza, renda, longevidade, educação etc. nos diversos níveis nas regiões do país.

As políticas sociais, como o Bolsa Família, tiveram grande impacto na melhoria da qualidade de vida das

pessoas² (NÉRI ET AL, 2014). As políticas de redistribuição de renda somada a estabilidade monetária fizeram o país sair de um patamar de muito baixo desenvolvimento humano no início da década de noventa, para um nível de alto desenvolvimento humano já em 2008. As Nações Unidas premiam o Brasil em sua capacidade de atingir a meta do milênio antes mesmo do período estipulado.

O objetivo deste *paper* é resgatar alguns importantes dados socioeconômicos tendo como fim avaliar o impacto da desigualdade social e da pobreza ao nível do Cariri ocidental paraibano³ -

² “De acordo com os dados apresentados, entre 2002 e 2012, a proporção de brasileiros vivendo com menos de R\$ 70 (a preços de 2011, corrigidos pela inflação ao longo da série) caiu de 8,8% para 3,6%. Sem a renda do Programa Bolsa Família, a taxa de extrema pobreza em 2012 seria 4,9%, ou seja, 36% maior que a observada com o programa” Disponível em: (<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/bolsa-familia-reduziu-a-miseria-em-28-nos-ultimos-10-anos>). Acessado em 20/05/2015.

³ Microrregião da Paraíba que abrange no total de 17 cidades. Sendo as principais delas Sumé e Monteiro, tanto do ponto de vista demográfico, como econômico e político. Nelas encontram-se

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro.

que terá Monteiro e Sumé⁴ como parâmetros dessa microrregião.

Dessa forma, o artigo busca comparar essas duas cidades com as principais cidades da Paraíba – João Pessoa e Campina Grande –, e também no nível agregado do Estado como um todo e em relação ao país.

Metodologia da pesquisa

Os dados socioeconômicos escolhidos para esta análise foram: 1. Índice de Gini; 2. Percentual de extrema pobreza; 3. Renda *per capita*; e 4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esses dados foram extraídos da plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil (2013), em seu banco de dados disponível em programa Excel.

Este tipo de análise é importante, pois relatórios específicos de microrregiões nordestinas são mais raros. Também, mostra-se fundamental fazermos levantamentos dessa natureza para conhecermos melhor esta microrregião que hoje se encontram localizados dois campus universitários, um estadual e outro federal, além de um Instituto Federal.

O período da análise abrange três anos (anos do censo do IBGE), de 1991, 2000 e 2010, e tem caráter descritivo de análise estatística.

Definição dos dados

O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima

(apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

O percentual de extrema pobreza é a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

A renda *per capita*, é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

E o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), abrange a média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O índice vai de 0 a 1, onde entre 0 e 0,499 o IDHM é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, baixo; entre 0,600 e 0,699, médio; entre 0,700 a 0,799, alto; e a partir de 0,800, muito alto.

A operacionalização dos dados deu-se da seguinte forma: levantamento dos dados nos três anos do censo, 1991, 2000 e 2010, e a análise do comparativo percentual das variáveis entre 1991 e 2010.

campus da UFCG (Sumé) e da UEPB (Monteiro), além de um IFPB em Monteiro.

⁴ Principais cidades desta microrregião.

Análise dos dados socioeconômicos

Tabela 1. Dados socioeconômicos – Sumé – 1991/2000/2010

Sumé	1991	2000	2010
Gini	0,49	0,53	0,50
% Ext. Pobreza	40%	25,6%	11,3%
Renda per capita (R\$)	129,47	196,90	339,68
IDHM	0,349	0,469	0,627

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013). Formatada pelo autor.

Os indicadores de Sumé demonstram uma realidade de altíssimo nível de extrema pobreza em 1991. Com 40% de sua população vivendo em extrema pobreza. Este dado melhorou substancialmente em 2000, 25,6%, e 2010, 11,3%, mas se comparados aos dados de João Pessoa (tabela 3) vemos o quanto a extrema pobreza ainda é alta na microrregião. A diminuição da população que vivia na extrema pobreza foi de -72,5% entre 1991 e 2010, superior ao decréscimo nacional, que foi de -64,5% (tabela 6).

No que tange ao índice de Gini, os dados demonstraram certa estabilidade na média do período, já que a queda neste indicador é muito menos sensível devido ao seu valor agregado mais robusto.

A renda *per capita* cresceu no período. Em 1991, a renda era de R\$ 129,47. Em 2000, a renda já superava o salário mínimo, que era de R\$ 151,00. Contudo, o último ano da série demonstra uma renda *per capita* inferior ao salário mínimo do período⁵, mas com crescimento de 162,3% no comparativo 1991/2010. Se compararmos com a renda *per capita* dos pessoenses, os sumeenses estão bem abaixo (tabela 3).

No IDHM, Sumé saiu de uma situação de muito baixo desenvolvimento humano em 1991, para um patamar de médio desenvolvimento humano em 2010. O incremento percentual foi de 79,6%, onde o IDHM saltou de 0,349 para 0,627.

Tabela 2. Dados socioeconômicos – Monteiro – 1991/2000/2010

Monteiro	1991	2000	2010
Gini	0,54	0,57	0,57
% Ext. Pobreza	46,2%	27%	13,4%
Renda per capita (R\$)	130,18	224,67	392,05
IDHM	0,341	0,452	0,628

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

⁵ Em 2010 o salário mínimo era de R\$ 510,00.

Os indicadores de Monteiro são ainda mais perversos no início da década de noventa. Quase a metade da população monteirense vivia na extrema pobreza (46,2%). Entre 1991 e 2010 foi arrefecido em -71% a extrema pobreza, chegando a 13,4% da população.

Apesar da melhoria da renda no período, o índice de Gini aumentou três pontos, ficando estável em 2000 e 2010. Um nível alto de concentração de renda ainda é encontrado no município.

No entanto, a renda *per capita* cresceu no período, ficando maior que o salário mínimo de 2000, mas em 2010 ficou bem abaixo que o salário mínimo daquele ano, com R\$ 392,05.

A renda *per capita* da população do Cariri ocidental é bastante baixa, ficando bem abaixo dos habitantes de João Pessoa (tabela 3). Em 2010 o salário mínimo era de R\$ 510,00, mas a renda *per capita* de Monteiro foi bem abaixo.

O IDHM assemelha-se ao que vemos em Sumé. Em 1991, Monteiro apresentou um nível de muito baixo desenvolvimento humano. Em 2000 esse nível, apesar do crescimento quantitativo, manteve-se em muito baixo desenvolvimento. Em 2010, os dados demonstraram uma sensível melhora com Monteiro ficando no nível de médio desenvolvimento humano, com 0,628.

Tabela 3. Dados socioeconômicos – João Pessoa – 1991/2000/2010

João Pessoa	1991	2000	2010
Gini	0,62	0,62	0,62
% Ext. Pobreza	12,2%	6,5%	3,4%
Renda <i>per capita</i> (R\$)	483,07	662,85	964,82
IDHM	0,551	0,644	0,763

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

O que vemos com os dados de João Pessoa, logo de princípio, é o alto nível de desigualdade regional que encontramos no Estado da Paraíba. O índice de Gini é bastante elevado na capital paraibana, o que é comparável ao nível nacional (tabela 6). Em relação ao Cariri ocidental, os dados são impactantes.

O nível de extrema pobreza do início da década de noventa é similar aos níveis encontrados no final da série estudada nos municípios de Sumé e Monteiro (ver tabelas 1 e 2). Em 1991, o percentual de extrema pobreza em João Pessoa era de 12,2% e foi arrefecido até o nível de 3,4% em 2010, menor que o

percentual brasileiro. A queda foi de -72%.

A renda *per capita* é expressivamente maior que a do Cariri ocidental. Em 1991, a renda *per capita* de João Pessoa era maior 42,2% que a renda *per capita* de Sumé em 2010. Neste ano, a renda *per capita* dos pessoenses foi de R\$ 964,82, maior que o salário mínimo daquele ano em 89%⁶.

⁶ O último aumento do salário mínimo em 2015 deixou o mesmo com o valor de R\$ 788,00.

O IDHM de João Pessoa em 1991 foi de 0,551, o que indicava um nível baixo de desenvolvimento humano. Em 2000, foi para 0,644, nível médio. E em 2010, foi para o patamar de 0,763 com um nível

alto de desenvolvimento humano, maior que a média nacional (tabela 6). O que destaca ainda mais a desigualdade regional dentro do Estado.

Tabela 4. Dados socioeconômicos – Campina Grande – 1991/2000/2010

Campina Grande	1991	2000	2010
Gini	0,61	0,62	0,58
% Ext. Pobreza	20,3%	12%	5%
Renda per capita (R\$)	302,81	449,24	630,03
IDHM	0,476	0,601	0,720

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

Os indicadores de Campina Grande mostram-se menos expressivos que os de João Pessoa, mas em relação às cidades do Cariri ocidental estão bem acima. Mostrou uma queda no índice de Gini, e a redução da extrema pobreza, também, foi maior que a média nacional. Em 2010, o percentual de pessoas nesta condição foi de 5%.

A renda *per capita* dos campinenses cresceu 108% entre 1991 e 2010 e, em 2010, superava o salário mínimo. O nível de seu IDHM alcançou o patamar de alto desenvolvimento humano em 2010 com 0,720, onde no início da década de noventa era de 0,476, ou desenvolvimento humano muito baixo. O incremento no comparativo 1991/2010 foi de 51,2%.

Tabela 5. Dados socioeconômicos – Paraíba – 1991/2000/2010

Paraíba	1991	2000	2010
Gini	0,64	0,63	0,61
% Ext. Pobreza	41%	25%	13,3%
Renda per capita (R\$)	196,59	299,09	474,94
IDHM	0,382	0,506	0,658

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

O nível de desigualdade regional reflete-se nos indicadores do Estado. Enquanto João Pessoa e Campina Grande apresentaram indicadores bem acima da média, Sumé e Monteiro tiveram os piores índices nesta análise.

A Paraíba demonstra um índice de Gini de alta concentração de rendimento,

com a extrema pobreza reduzindo, mas abaixo da média nacional (o que reflete o desequilíbrio regional). No início da década de noventa, 41% da população paraibana vivia na extrema pobreza e quase toda ela estava fora das principais cidades. O que nos leva a hipotetizar que as políticas públicas do Estado

prestigiaram as principais cidades, mesmo em período de diminuição da pobreza e da renda *per capita*.

O decréscimo da extrema pobreza foi de -67,5%, onde em 2010 esse dado foi de 13,3% da população paraibana. Em João Pessoa não chegou a 4% e em Campina Grande foi de 5%.

A renda *per capita* reforça a tese da desigualdade regional encontrada na Paraíba. Enquanto em João Pessoa, em 2010, a renda foi de R\$ 964,82, no Estado foi de R\$ 474,94, praticamente a metade da capital. No início da década de noventa a renda *per capita* do paraibano foi de 196,59 e em 2000 foi

de R\$ 299,09. O incremento percentual no comparativo 1991/2010 foi de 141,5%. Não obstante, a renda do paraibano, em média, sempre esteve bem abaixo da renda do cidadão pessoense.

O nível de desenvolvimento humano ficou em 0,658 em 2010, com indicador de médio desenvolvimento. Em 1991, o nível era de muito baixo desenvolvimento humano. Já nas maiores cidades – e, por sua vez, os maiores colégios eleitorais – o nível de IDHM foi de alto desenvolvimento humano.

Tabela 6. Dados socioeconômicos – Brasil – 1991/2000/2010

Brasil	1991	2000	2010
Gini	0,63	0,64	0,60
% Ext. Pobreza	18,6%	12,4%	6,6%
Renda per capita (R\$)	447,56	592,46	793,87
IDHM	0,493	0,612	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

Os indicadores nacionais demonstram posição acima da Paraíba, mas abaixo dos dados de João Pessoa e Campina Grande. Apesar do índice de Gini ser bem semelhante entre o Estado da Paraíba e o Brasil, os percentuais de extrema pobreza, renda *per capita* e IDHM mostram importantes diferenças.

O nível de extrema pobreza em 1991 foi de 18,6% da população brasileira com decréscimo de -64,5% em vinte anos, onde em 2010 apenas 6,6% da população do país encontrava-se nessa situação.

A renda *per capita* era de R\$ 447,56 em 1991 sendo incrementada em 77,3% até 2010, onde a renda chegou a R\$ 793,87,

bem acima do salário mínimo daquele ano.

O IDHM nacional era de 0,493 em 1991, no limite do muito baixo. Em 2000, já era de desenvolvimento médio, com 0,612 e em 2010 o país alcançou o nível de alto desenvolvimento humano, com 0,727. O que poderia ser bem mais senão fossem as persistentes desigualdades regionais, como a que verificamos dentro da Paraíba, onde os níveis de avanço social e econômico foram expressivos nas principais cidades – João Pessoa e Campina Grande -, mas com grandes diferenças internas, sobretudo em relação à microrregião do semiárido/Cariri ocidental.

Cariri ocidental paraibano: uma região ainda muito pobre (conclusão)

O que verificamos com esses dados é o persistente nível de desigualdade regional dentro do Estado da Paraíba e que, provavelmente, vamos verificar dentro de outros estados nordestinos.

Não obstante a melhoria dos indicadores testados aqui, o nível de renda *per capita* de Sumé e Monteiro está bem abaixo da média nacional e, sobretudo, da média das principais cidades paraibanas, com destaque para a capital, João Pessoa. A concentração da economia e, com destaque, da política na região metropolitana e em Campina Grande, faz a microrregião do Cariri ocidental ficar a mercê de políticas clientelistas de seus prefeitos e vereadores (geralmente cooptados pelos prefeitos).

Sumé com renda *per capita* de R\$ 339,68 e João Pessoa com R\$ 964,82, 184% acima, demonstra bem como o Estado é desigual e urgem políticas públicas que mudem a realidade do povo que vive no Cariri ocidental. Possivelmente, a melhoria da renda no interior ajudaria a melhorar o indicador de Gini no Estado como um todo, ainda muito alto.

Apesar da chegada das universidades federal e estadual, a primeira em Sumé e a segunda em Monteiro, juntamente com um IFPB em Monteiro, a realidade de destacada desigualdade regional não foi arrefecida. Essas instituições precisam adentrar mais na realidade das cidades da microrregião.

Sumé e Monteiro são as cidades mais populosas e, por sua vez, as mais importantes do Cariri ocidental. Apresentam níveis de desenvolvimento social e econômico bem abaixo das principais cidades do Estado e precisam

de políticas públicas mais eficazes do ponto de vista do desenvolvimento.

Uma correlação possível pode ser feita em relação ao nível de políticas públicas eficazes na microrregião do Cariri ocidental e a distribuição eleitoral no Estado. Sumé e Monteiro juntas não chega a 1,5% dos eleitores de todo o Estado. Já João Pessoa e Campina Grande são os principais e maiores colégios eleitorais, concentrando 27% dos eleitores paraibanos (dados do TSE) (NÓBREGA JR., 2014). E, por sua vez, a preocupação dos governos.

Falamos de desenvolvimento sustentável para a região do Cariri ocidental, destrinchar os aspectos socioeconômicos dessa microrregião é fundamental para o maior aprofundamento de políticas públicas sociais mais eficazes para a redução da desigualdade ainda persistente dentro do próprio Estado da Paraíba, não obstante a melhoria de seus indicadores em longo período como o analisado neste trabalho.

Referências

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

NÉRI, Marcelo; VAZ, Fábio Monteiro; SOUZA, Pedro H. G. F. de, **Efeitos Macroeconômicos Do Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa Das Transferências Sociais**. Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Pp. 193-206. 2013.

NÓBREGA JR., José Maria. [O desenho eleitoral brasileiro e o perfil do eleitor paraibano](#). Acesso em 29/05/2015.

Recebido em 2015-06-25
Publicado em 2015-11-14